

# Novo superávit este mês

Economia - Brasil

Palocci diz que prioridade é reduzir o risco país

DAVOS, SUÍÇA - O ministro da Fazenda, Antônio Palocci, anunciou ontem que a prioridade do governo Lula é diminuir o risco país. Para melhorar a percepção de risco dos investidores estrangeiros, pretende não só se valer do projeto de autonomia operacional do Banco Central como também aumentar a meta de superávit primário - receitas menos despesas, excluídos os pagamentos de juros - antes de fevereiro, quando está prevista a visita da equipe do Fundo Monetário Internacional para discutir a revisão do acordo com o Brasil.

O ministro da Fazenda participou ontem de um encontro com a vice-diretora-gerente do Fundo Monetário Internacional, Anne Krueger, e

com o presidente do BC, Henrique Meirelles, no hospital de Davos onde o executivo está internado desde que sofreu acidente, no sábado. Após o encontro, Palocci disse, em relação ao projeto de autonomia do BC, que a proposta "será simples, porque o Brasil tem uma expectativa negativa no cenário internacional e não deve colocar dúvidas sobre o país".

- O primeiro trabalho a fazermos hoje é diminuir o risco país - afirmou.

A intenção do governo, ressalvou o ministro, é discutir as mudanças do projeto de lei 192 - que trata, entre outras coisas, da autonomia do BC - com os líderes de todos os partidos políticos do país. Só depois de um amplo debate, disse Palocci, o governo pretende encaminhar o projeto à

votação.

Em um tom otimista, o ministro disse que o ideal ao Brasil seria não renovar o acordo com o FMI em dezembro, uma vez que o melhor caminho para o país é não contrair novas dívidas e empêstimos.

**Ministro diz que ideal para o país é o governo não renovar com o FMI**

- As coisas vão se encaminhar bem na economia brasileira. Quem sabe, não conseguiremos ficar sem renovar o acordo - afirmou.

Palocci reiterou a confiança no país e disse que, no cenário internacional, a imagem brasileira está cada vez mais positiva. Sobre o aumento na taxa de juros, Palocci revelou que a medida também não agradou ao governo, embora fosse necessária para garantir a estabilidade.

Com Agência Brasil